

**Relatório da Audiência n.º [5-COFMA-XIII](#)**

**Dia:** 25 de fevereiro de 2016

**ENTIDADE:** ASPENAT – Associação Portuguesa dos Especialistas Naturopatas

**ASSUNTO:** *Cobrança de IVA aos profissionais das terapêuticas não convencionais*

**Recebido pelos Senhores Deputados:**

- Paulo Trigo Pereira (PS), Vice-Presidente da Comissão;
- Ângela Guerra (PSD);
- Maria das Mercês Borges (PSD);
- Ana Rita Bessa (CDS-PP);
- Cecília Meireles (CDS-PP);
- Miguel Tiago (PCP);
- Carla Cruz (PCP).

**Síntese dos Temas Abordados:**

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), deu as boas vindas aos representantes da ASPENAT, dando nota do modo de condução dos trabalhos e do conhecimento que, posteriormente, seria dado a todos os membros da Comissão quanto ao teor da audiência.

A delegação da ASPENAT, composta por João Beles, Renata Raimundo, Carmen Gonçalves, Cátia Amoreirinha e Augusto Henriques, agradeceu o agendamento da audiência, e apresentou sucintamente os motivos que a trouxe à Assembleia da República, e que se encontram no seu pedido de audiência, disponível na respetiva

página no sítio eletrónico do Parlamento. Acrescentaram que, noutros Estados membros da União Europeia, a situação não é idêntica à portuguesa.

Em sede de debate, começou por usar da palavra a Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD), que reconheceu a existência de um problema e perguntou se foi pedida uma audiência ao Governo. Solicitou informações sobre a eventual abertura da Autoridade Tributária (AT) para as suas reivindicações, sobre uma possível interpelação ao Provedor de Justiça e sobre os motivos concretos do não reconhecimento da AT relativamente às suas posições.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) levantou a questão de ser, possivelmente, um obstáculo a um tratamento fiscal mais adequado, as dificuldades da Administração Central do Sistema de Saúde em emitir cédulas profissionais, perguntando para quando está prevista a generalização dessa emissão. Sublinhou também que não há harmonização fiscal na União Europeia. Declarou que não pode assumir, por parte do PS, que se introduzam alterações nesta matéria.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) declarou que, parecendo fazer sentido que se solucione a situação apresentada pela ASPENAT, por uma questão de igualdade, irá olhar com atenção para o problema.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) salientou o contributo do PCP para a regulamentação destas terapêuticas. Seguidamente, perguntou se já foram emitidas cédulas profissionais e se, até ao ofício de 2015, da AT, era cobrado IVA a estes profissionais. Referiu que o PCP irá analisar a questão.

A delegação da ASPENAT declarou entender que a AT deverá fazer uma reinterpretação da lei, acrescentando que a cobrança de IVA tem sido aleatória e que já há cédulas profissionais emitidas.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela ASPENAT, dando nota que seria elaborado um relatório da audiência, a distribuir para conhecimento de todos os membros da Comissão (incluindo os que não tinham podido estar presentes, devido aos trabalhos parlamentares), a ser apreciado em reunião da mesma.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a gravação, pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

Palácio de São Bento, 25 de fevereiro de 2016

**O Vice-Presidente da Comissão**

**Paulo Trigo Pereira**